

Lemgruber, mostrando nos EUA a posição da Nova República sobre a dívida externa.



O presidente do BC viajou chefiando a delegação brasileira, já que o ministro Sayad cancelou sua viagem. Amanhã, Lemgruber discursa no FMI.

Por causa do agravamento do estado de saúde do presidente Tancredo Neves, o ministro do Planejamento, João Sayad, cancelou a viagem que faria ontem a Washington, chefiando a delegação brasileira nas reuniões dos comitês interino e de desenvolvimento do FMI e do Banco Mundial. Com isso, a chefia da delegação passou para o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, que embarcou ao lado de seu chefe de gabinete, Carlos Tadeu Gomes; do secretário especial da Seplan, Paulo Nogueira Batista Jr.; e do secretário de Cooperação Técnica Internacional, também da Seplan, Gilberto Velloso.

Assessores de Sayad informaram que o cancelamento de sua viagem não prejudicará a missão porque Lemgruber irá cumprir toda a programação prevista, incluindo a leitura do discurso que o ministro do Planejamento faria amanhã. O

presidente do BC tem encontros formais marcados com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, e com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiére, além do coordenador do comitê dos bancos credores, William Rhodes.

O documento a ser lido por Lemgruber será curto — cerca de quatro laudas — e defenderá tratamento político para a renegociação das dívidas dos países pobres, além de redução das taxas de juros internacionais. Ao lado do diretor da Área Externa do BC, Sérgio de Freitas, que já está em Washington, Lemgruber participará de reuniões com os ministros da Economia dos demais países devedores que pretendem definir uma posição comum a ser assumida na reunião com os membros do FMI e do Banco Mundial.

Por causa da doença de Tancredo, o presidente do BC não marcou data para retorno. Mas também

não deve avançar a renegociação plurianual da dívida brasileira, suspensa em dezembro. Isso só acontecerá depois que vier ao Brasil a missão oficial do FMI, o que está previsto para o dia 2 de maio. A missão atual, tendo à frente a economista Ana Maria Jul, continua levantando informações sobre o comportamento da economia. Ontem, Jul esteve no IBMEC, no Rio.

Clube de Paris

Informações divulgadas ontem em Brasília confirmavam a assinatura de contrato para reescalonamento da dívida de US\$ 931 milhões do Brasil para com o governo norte-americano e suas agências financeiras, no âmbito do Clube de Paris. A dívida, reescalonaada por oito anos, sendo quatro de carência, venceu entre agosto de 1983 a dezembro do ano passado. E agora o Brasil deve concluir negociações para refinarçar a dívida, vencida

no mesmo período, junto ao Canadá, Itália e Portugal.

O total do reescalonamento com os EUA é assim dividido: Eximbank, US\$ 530 milhões, a juros de 11,208%; Commodity Credit Corporation (CCC), financiamento para compra de trigo, US\$ 219 milhões, a juros de 12%; Ministério da Agricultura, US\$ 14 milhões, a juros de 4%; e Agency for International Development (AID), US\$ 68 milhões, a juros de 3%. O Brasil pagará 15% do débito a partir de 1986. Os 85% restantes serão pagos entre julho de 1989 e julho de 1992, em oito prestações semestrais.

O procurador Hélio Gil Gracindo, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, explicou que a demora na assinatura do contrato de refinanciamento com os EUA ocorreu porque os norte-americanos insistiam em abranger na negociação os chamados créditos de risco comercial.